



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROJETO DE LEI Nº 10/2025

(REGULAMENTA A CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS COM TRAÇÃO ANIMAL NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA, ESTABELECE MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU NOS TERMOS DO ARTIGO 56, INCISO III, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta lei regulamenta a circulação de carroças, charretes ou quaisquer veículos similares com tração animal no perímetro urbano do município de Votuporanga, bem como estabelece normas para assegurar a integridade física e o bem-estar dos animais utilizados nesta atividade.

Art. 2º É obrigatória a utilização de microchips de identificação em todos os animais utilizados para tração de carroças ou charretes, conforme especificações técnicas determinadas pelo órgão competente.

§ 1º Os microchips referidos no caput deste artigo deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – Identificação do proprietário/responsável pelo animal (nome completo, endereço e contato atualizado);

II – Dados do animal (espécie, raça, idade estimada e características físicas);

III – Histórico de vacinação e condições veterinárias, incluindo laudo atualizado atestando a saúde do animal.

§ 2º O proprietário/responsável dos animais deverá providenciar o registro do microchip em até 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta lei, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 7º desta Lei.

Art. 3º Fica proibida a circulação de veículos de tração animal no perímetro urbano do município de Votuporanga durante o intervalo de tempo entre 9h (nove horas) e 17h (dezessete horas).

§ 1º A fiscalização e o controle dos horários permitidos para a circulação dos veículos serão realizados pelos órgãos competentes de trânsito e de proteção animal do município.

§ 2º Excepcionalmente, poderá ser autorizada a circulação de veículos de tração animal fora do horário permitido para a realização de eventos culturais, turísticos ou religiosos,

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

desde que previamente autorizados pela Prefeitura e sob condições que garantam o bem-estar dos animais.

Art. 4º Os animais utilizados para tração de carroças, charretes ou veículos similares não poderão ser submetidos a esforço físico superior ao limite de peso correspondente ao seu próprio peso corporal.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, o peso máximo permitido deverá ser calculado considerando o peso de toda a carga transportada, incluindo passageiros e mercadorias, bem como o próprio veículo de tração.

§ 2º O limite de peso a ser transportado deverá ser fiscalizado pelos órgãos competentes, com apoio técnico veterinário, sempre que necessário.

Art. 5º Fica estritamente proibida a utilização de animais que apresentem:

I – Condições de saúde desfavoráveis, como sinais de exaustão, desnutrição, lesões ou doenças;

II – Equipamentos de tração que ocasionem ferimentos, dor ou sofrimento aos animais, sendo obrigatória a adoção de ferramentas adequadas e em bom estado de conservação.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento deste artigo, os animais poderão ser recolhidos e submetidos à avaliação veterinária, e o responsável ficará sujeito às sanções previstas nesta Lei.

Art. 6º O Município poderá promover ações de conscientização e educação direcionadas aos responsáveis pela utilização de veículos de tração animal, com vistas a:

I – Orientar sobre os direitos e o bem-estar dos animais;

II – Divulgar informações sobre os impactos físicos e psicológicos de cargas excessivas ou excessivo esforço físico nos animais;

III – Incentivar alternativas de transporte que não utilizem tração animal, especialmente no perímetro urbano.

Art. 7º O descumprimento das disposições desta lei sujeitará os infratores às seguintes sanções, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente:

I – Advertência administrativa, aplicada em caso de primeira infração de natureza leve;

II – Multa no valor de 100 UFM (Unidades Fiscais do Município), podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência;

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

III – Recolhimento do animal em situação de maus-tratos, ficando o infrator responsável pelas despesas de tratamento veterinário e manutenção do animal durante o período de apreensão;

IV – Suspensão ou cassação da autorização de circulação, quando configurada infração grave ou recorrente.

§ 1º O valor arrecadado com as multas será destinado a programas municipais de proteção e bem-estar animal.

§ 2º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pelos órgãos de fiscalização e proteção animal do município, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação, incluindo a organização dos procedimentos administrativos necessários para a fiscalização e para a distribuição de microchips.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 27 de janeiro de 2025.

CHANDELLY PROTETOR
Vereador Autor

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

O presente projeto de lei tem como principal objetivo regulamentar a circulação de carroças, charretes e outros veículos com tração animal no perímetro urbano do município de Votuporanga, visando sobretudo à preservação do bem-estar dos animais envolvidos nessas atividades e à promoção de um equilíbrio saudável entre as atividades humanas e o respeito aos direitos dos animais.

Historicamente, os animais de tração foram indispensáveis no desenvolvimento das cidades, desempenhando um papel crucial nos transportes e nas atividades econômicas. Entretanto, à luz da evolução dos direitos e da consciência coletiva em relação ao tratamento ético dispensado aos animais, torna-se evidente a necessidade de adequar essas práticas aos princípios contemporâneos de bem-estar animal e sustentabilidade urbana.

Este projeto de lei busca estabelecer parâmetros claros e humanitários para a utilização de animais de tração no município, abordando três problemas centrais: o esforço excessivo imposto aos animais, a exposição a condições climáticas extremas, e a ausência de controle sobre a identificação e o monitoramento da saúde desses animais.

1. O bem-estar dos animais de tração:

Os animais utilizados para tração frequentemente suportam condições adversas, incluindo sobrecarga de peso, longas jornadas sob altas temperaturas, ausência de cuidados veterinários e alimentação inadequada. Essas situações geram sofrimento físico e psicológico, o que configura, muitas vezes, casos de maus-tratos.

Para mitigar esses problemas, o presente projeto de lei propõe:

A proibição da circulação desses veículos entre 9h e 17h, período em que as temperaturas são geralmente mais elevadas e mais prejudiciais à saúde dos animais;

O estabelecimento de um limite de peso que os animais podem transportar, determinado por uma diretriz justa e proporcional, de modo a evitar o desgaste físico que prejudica gravemente sua saúde;

A obrigatoriedade do uso de equipamentos de tração que não causem ferimentos, dor ou desconforto aos animais, protegendo-os de práticas abusivas.

2. Identificação e controle sanitário:

O uso obrigatório de microchips em animais tracionadores representa uma evolução no controle e fiscalização dessas atividades. A adoção dessa tecnologia permitirá:

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

- Identificar os proprietários e/ou responsáveis pelos animais, assegurando maior responsabilização em caso de infrações;
- Monitorar o histórico de vacinação, a saúde e as condições sanitárias dos animais, promovendo acompanhamento veterinário regular e prevenindo problemas de saúde pública;
- Coibir práticas de abandono e maus-tratos, uma vez que os microchips associam os animais a seus tutores de forma inequívoca.

Essa diretriz não apenas melhora as condições de vida dos animais, mas também contribui para proteger a população, já que muitos desses animais transitam em vias públicas, expondo tanto pedestres quanto motoristas a riscos.

3. Educação e conscientização:

Além de regulamentar, o projeto prevê ações educativas visando orientar os usuários de veículos de tração animal sobre a importância do cuidado com os animais e sobre alternativas mais sustentáveis de transporte.

O Poder Executivo será encorajado a promover campanhas de conscientização voltadas para os proprietários, além de fomentar o diálogo com ONGs, protetores de animais e a comunidade em geral.

4. Benefícios socioeconômicos:

Sabe-se que muitas famílias utilizam carroças e charretes como instrumento de trabalho e geração de renda. Este projeto de lei não se destina a criminalizar essas atividades ou impedir que essas fontes de sustento permaneçam sendo utilizadas. Pelo contrário, o objetivo é equilibrar as necessidades econômicas com as exigências éticas e humanitárias, de forma que essas práticas sejam realizadas de maneira sustentável e responsável.

Ademais, iniciativas voltadas para a educação e para o incentivo de métodos alternativos de transporte poderão, a médio e longo prazo, reduzir a dependência dos animais em atividades de tração sem prejudicar o sustento de tais famílias.

5. Sustentabilidade urbana e segurança:

O ordenamento da circulação de veículos de tração animal no perímetro urbano, com restrição de horários e fiscalização do peso transportado, contribui para a melhoria do trânsito e da segurança nas vias públicas.

Além disso, ao evitar que animais exaustos ou doentes sejam utilizados, reduz-se o risco de acidentes, protegendo não apenas os animais, mas também motoristas, ciclistas e pedestres.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

